

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Parlamentares na cobrança

Deputados reclamam que nem as verbas da saúde de 2023 foram totalmente liberadas. Faltam, por exemplo, R\$ 60 milhões em emendas que ainda não foram pagas. Ou o governo paga essas e outras até a semana que vem, ou o 9 de maio no plenário será de derrota para o Poder Executivo.

O que gera incerteza

Ao mesmo tempo em que parlamentares e governo brigam pelo direito de dizer o que fazer com o dinheiro público, lá fora os investidores cobram corte de gastos e atenção às questões fiscais, algo que Lula tem criticado de forma veemente. Só tem um probleminha: se os investidores fugirem por causa do crescimento da dívida pública, vai ficar difícil o governo promover o sonhado desenvolvimento econômico e social.

Ninguém se mexe

Até a eleição de outubro, os partidos de centro no governo vão se manter mais comedidos nas críticas ao Poder Executivo. Mas, se a inflação subir — dificultando o poder de compra da população nos supermercados —, as rusgas vão começar logo nos palanques.

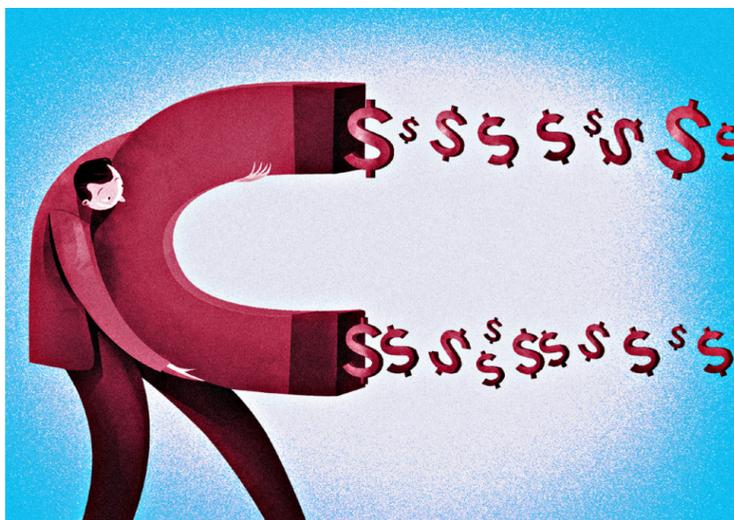
Agora, vai

O fato de o ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro Rivaldo Barbosa pedir para depor no caso Marielle, que o levou à prisão, é visto por políticos fluminenses como sinal de que ele deve contar tudo o que sabe. São seis anos sem se chegar a um desfecho sobre os mandantes do assassinato da vereadora e de seu motorista.

Vem aí a "amarração" dos recursos

Está com os dias contados o argumento do governo vitorioso no Supremo Tribunal Federal sobre a desoneração da folha não ter previsibilidade de recursos. É que a onda, agora, no Parlamento, é vincular todas as dotações daqui para frente. Só o DPVAT, o seguro obrigatório de veículos a ser votado esta semana no Senado, garantiria R\$ 15 bilhões. A ideia dos parlamentares é não deixar os recursos soltos para o Poder Executivo, e, sim, vincular tudo o que for possível ao que for acordado entre os líderes.

Em tempo: Se a moda pega, todo o esforço feito no passado para desvinculação de receitas da União irá pelo ralo num piscar de olhos, ou melhor, num apertar de botão nos plenários da Câmara e do Senado.



CURTIDAS

Um partido "desconfiado" / O PT vai para as eleições municipais com o "mando de campo" no país, mas com seus aliados divididos. Em nenhuma capital estarão todos juntos. Vai ter disputa no país inteiro. O que mais preocupa é São Paulo.

Mario Agra/Câmara dos Deputados



Veja bem / Se Tábata Amaral (foto) subir a ponto de ameaçar o favoritismo de Guilherme Boulos, o PSB ganha musculatura. E se o MDB do prefeito-candidato Ricardo Nunes derrotar ambos, será impossível o PT agregar todos em 2026.

Assunto do momento / A revolução da inteligência artificial estará em debate, hoje, no **Correio Braziliense**, a partir das 14h30, com técnicos que estudam o futuro de vários setores com o uso de IA e o desafio da regulamentação.

Juliano Costa Couto / E lá se foi um líder que pregava o diálogo e a harmonia entre os Poderes. Fica aqui a solidariedade à família do advogado, que não resistiu a um câncer no intestino. A humanidade avança em tantos campos, mas, até hoje, não chegou à cura dessa doença. Que venham logo a cura e a vacina.

PROTESTO

Movimento pede a saída do atual superintendente, nomeado há duas semanas e ligado ao presidente da Câmara, Arthur Lira

MST ocupa sede do Incra em Maceió

» HENRIQUE LESSA

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) ocupou, ontem, a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Maceió para protestar contra a escolha de Junior Rodrigues do Nascimento para o comando do órgão. O grupo não aceita Nascimento por ele ser uma indicação do presidente da Câmara dos

Deputados, Arthur Lira (PP-AL). O superintendente anterior, Wilson César de Lira Santos, primo do presidente da Câmara, ocupou a superintendência do Incra em Alagoas no governo do presidente Michel Temer (MDB) até o último dia 16. Ele foi exonerado depois da prisão de diversos movimentos sociais, incluindo o MST. Quando a demissão de Santos foi confirmada, o movimento comemorou com uma lavagem

Delanisson Araujo e Mykesio Max/MST



Manifestantes ocupam corredores do Incra em protesto contra indicação de superintendente ligado a Lira

simbólica do prédio do órgão. Agora, os manifestantes não aceitam que o novo superintendente tenha vínculo com Lira por entenderem que isso representaria a

continuidade da gestão anterior. "Camponeses e camponesas repudiam a nomeação que representa a continuidade da gestão com traços de bolsonarismo, herdada pela condução de

César de Lira. A ação repudia a nomeação de Junior Rodrigues do Nascimento para superintendência do órgão", diz a nota divulgada pelo MST. Os manifestantes denunciaram

haver um conflito de interesses por um suposto envolvimento de Nascimento com o Incra em função da prestação de serviços de uma empresa dele a um programa de habitação rural do órgão. "A nomeação de Junior acende mais uma luz amarela na condução da política agrária em Alagoas, que tem sua cadeira rifada aos interesses individuais", prossegue a nota.

Segundo as organizações envolvidas na invasão, havia um acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para que o novo superintendente fosse um funcionário de carreira. O nome defendido pelo MST e pelos demais movimentos sociais é o do engenheiro agrônomo José Ubiratan Rezende Santana.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, não comentou a invasão, mas admitiu, na semana passada, que a escolha de Nascimento, em substituição ao primo de Lira, foi uma indicação do presidente da Câmara.

INVESTIGAÇÃO

Delanisson Araujo e Mykesio Max/MST



Para CGU, obra só beneficiou a fazenda do ministro Juscelino Filho

CGU: Estrada beneficia ministro, "não a população"

A pavimentação da estrada que passa em frente à fazenda do ministro das Comunicações, Juscelino Filho, em Vitorino Freire (MA), só atendeu às necessidades dele e não beneficiou a população local. A afirmação é de técnicos da Controladoria-Geral da União (CGU), em um relatório preliminar sobre o assunto. O dinheiro foi repassado pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), vindo do orçamento secreto.

Deputado licenciado, Juscelino admitiu ser padrinho da indicação da verba. Revelada pelo *Estadão* em janeiro de 2023, a obra passou a ser investigada pela Polícia Federal e pela CGU. O ministro nega irregularidades e diz que o asfalto beneficia a

população. O inquérito da PF apura suspeita de irregularidades no repasse de emendas parlamentares e desvio de verbas da Codevasf na cidade de Vitorino Freire, administrada pela irmã do ministro, Luanna Rezende (União Brasil). Em setembro de 2023, ela chegou a ser afastada da prefeitura, após ser alvo da Operação Benesse, da PF. Dias depois, voltou ao cargo por decisão do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Orçada em R\$ 7,5 milhões, a obra de pavimentação em Vitorino Freire foi contratada pela prefeitura em fevereiro de 2022. "De um total de 23,1km, envolvendo R\$ 7,5 milhões, 18,6km, 80%, beneficiariam as propriedades do parlamentar e, ao que parece,

de forma individual. Os restantes 4,5km beneficiariam cinco povoações locais e ainda de forma isolada, sem integração com a rodovia estadual, nem com a sede do município", diz trecho do relatório da CGU, que aguarda a manifestação da Codevasf.

Em novembro, a própria Codevasf detectou problemas na obra, como asfalto malfeito, ruas esburacadas, rachaduras e falta de sinalização. Segundo a CGU, a estatal teria identificado prejuízo ao erário de R\$ 736,2 mil por causa dessas falhas. Ainda segundo os técnicos, a licitação que resultou na contratação da Construservice tem indícios de irregularidades.

Em nota, Juscelino disse ser "o maior interessado" na resolução do caso, e reiterou que a

estrada beneficia centenas de moradores de Vitorino Freire. O ministro afirmou ainda que sua função, na qualidade de parlamentar, é a de apresentar emendas, mas não de executar e fiscalizar as obras que serão tocadas com os recursos.

"(Minha) Conduta sempre foi pautada pela ética, responsabilidade social e utilização adequada dos recursos públicos para melhorar as condições de vida da população mais pobre", afirma a nota. "Como deputado, a função é destinar emendas parlamentares que beneficiem as pessoas que mais precisam, um instrumento legítimo do Congresso Nacional. A execução e a fiscalização das obras não são uma atribuição do parlamentar."